

## A Produtividade na Indústria Brasileira\*

Claudio Monteiro Considera  
Antonio Braz de O. e Silva

A longa crise por que tem passado a economia brasileira trouxe novamente para discussão a questão da eficiência da indústria brasileira. Em consequência, uma série de medidas foi acionada, entre as quais se destacam: a liberalização gradual do comércio exterior, o Programa de Qualidade e Produtividade, a privatização do setor produtivo estatal, a desregulamentação da economia e a aprovação de um código de defesa do consumidor — considerado bastante avançado em termos internacionais. As mudanças ocorridas desde então certamente obrigaram as empresas a se reestruturarem. Além do natural ajuste recessivo, foram identificadas em estudos de caso e em algumas pesquisas setoriais mudanças organizacionais, especialmente nas grandes empresas ou naquelas localizadas em mercados nos quais a competição é mais acirrada. Esse é o caso de empresas voltadas para o mercado externo ou sujeitas à competição com produtos importados. Aparentemente, em resposta a tais medidas, iniciou-se em 1991 um vigoroso movimento de elevação da produtividade industrial. Isto pode ser constatado tomando como indicador da produtividade o quociente da divisão do indicador da produção física pelo do emprego (pessoas ocupadas), para o total da indústria (Gráfico 1).

Inicialmente, acreditava-se que os ajustes estruturais observados seriam fenômenos localizados ocorrendo em setores de atividade e em empresas operando nos setores mais expostos à competição internacional. Mais recentemente, entretanto, tem ganho corpo a tese de que se trata de um fenômeno generalizado. Segundo essa tese, o ajuste estrutural teria sido realizado de maneira generalizada e estabelecido um novo patamar de produção por emprego industrial, a ponto de se afirmar que, mesmo retornando-se aos níveis de produção anteriores à recessão, não se teria de volta idêntico nível de emprego.

Essa parece ser uma tese pouco plausível. Em primeiro lugar, não é possível acreditar em mudanças na tecnologia produtiva sem investimentos:

nesse sentido é suficiente lembrar as informações das Contas Nacionais, que mostram o declínio das taxas de investimentos durante toda a década de 80 se prolongando até 1992, quando chegaram à média anual de 14,4%. É verdade que em 1991 e 1992 constata-se um aumento tanto na participação do componente máquinas e equipamentos na formação de capital (26,4%) quanto na contribuição dos equipamentos importados (15%), certamente mais avançados tecnologicamente. fatores que podem ter contribuído positivamente para o aumento do componente tecnológico dos investimentos. Em segundo lugar, não é possível acreditar que as mudanças estruturais tenham decorrido apenas de um súbito ataque de racionalidade econômica da parte do empresariado brasileiro, que decidiu cortar empregados desnecessários, passando, a partir da recessão mais recente, a dar maior atenção aos custos. Vale dizer, o empresariado brasileiro contentava-se, mesmo durante a crise dos anos 80, em andar longe do seu objetivo básico de maximizar lucros.

Nossa hipótese é que o ganho de produtividade observado durante a recessão do período 1990-92 é decorrência natural do ajuste recessivo, fato aliás já observado na recessão de 1981-83, e pode ser fenômeno característico de setores industriais específicos e não um fenômeno generalizado. Não é supérfluo lembrar que a indústria brasileira, mesmo considerando a recuperação observada em 1993, está ainda longe de seu pico de produção (e de emprego) ocorrido em 1987 — produziu apenas 90% daquele ano. Sustenta-se, adicionalmente, que uma efetiva retomada do crescimento econômico não repetirá o que ocorreu durante a retomada de crescimento de 1983-84. Naquele momento vários investimentos realizados ao final da década de 70, notadamente os decorrentes do II PND, maturaram e, ao entrarem em produção, possibilitaram uma subida vertiginosa da produtividade. Pelo contrário, devido à redução dos investimentos durante a década de 80, não há, no momento presente, um estoque de investimentos aguardando para entrar

\*Este texto tem como referência o artigo "Retrospectiva da Economia Brasileira" de Antonio B. de O. e Silva, Carlos Von Doellinger, Claudio M. Considera, Maria H.T.T. Horta, Paulo M. Levy e Renato Villca, In *Perspectivas da Economia Brasileira*, 1994, IPEA, Rio de Janeiro, 1993.

em operação. Evidentemente, algumas transformações ocorreram no período mais recente em razão, principalmente, da disseminação do uso da microinformática nos processos administrativos e mesmo da produção, notadamente da adoção de controle numérico em máquinas, ferramentas e melhorias organizacionais. Mas essas transformações não explicam mais do que 20% dos fechamentos de postos de trabalho na indústria, que na sua maioria decorrem da profunda recessão do período 1990-92.

Três fatores podem explicar uma parcela considerável dessa aparente elevação da produtividade. Um deles é o recurso a horas extras, que tem ganho destaque na imprensa no período recente, cujo pretenso excesso estaria impedindo a criação de novos empregos, o que tem como contrapartida a elevação da produtividade medida em relação ao número de empregados. De fato, é economicamente racional o comportamento cauteloso dos empresários diante da possibilidade de descontinuidade da recuperação econômica e dos elevados custos de admissão, treinamento e demissão, justificando-se assim o recurso a horas extras. Entretanto, há os que afirmam que não há excesso de horas extras e que o aumento da produção reflete o aumento de produtividade. Esta controvérsia tem respaldo nas estatísticas disponíveis. Na pesquisa domiciliar feita pela Fundação SEADE, os resultados apontam para um número crescente de trabalhadores realizando horas extras (44% da mão-de-obra empregada), justificando em parte o atraso da recuperação do nível de emprego *vis-à-vis* a produção. Já nas pesquisas, realizadas nas unidades produtivas, do IBGE (estabelecimentos) e da Fiesp (empresas), os resultados não registram aumento de horas trabalhadas.

Esta disparidade de resultados explica-se em grande parte pelas transformações ocorridas no sistema produtivo e seu impacto sobre a produtividade, e certamente não captadas pelas pesquisas realizadas nas unidades produtivas, distorcendo os resultados finais. Esse o caso da terceirização, que se constitui no segundo fator de explicação da aparente elevação de produtividade. Por este movimento, parcela da

produção intermediária, antes realizada dentro da própria empresa, passa a ser desenvolvida por terceiros. Esse fenômeno, certamente, não está sendo captado pelas pesquisas de estabelecimentos e empresas, uma vez que os novos produtores não necessariamente compõem o painel de informantes. Na pesquisa domiciliar, como o entrevistado é o próprio empregado, não ocorreria esta perda de informação. O terceiro fator a ser considerado é o próprio processo de seleção natural que ocorre durante as crises econômicas. A falência de pequenas e médias empresas e o fechamento dos estabelecimentos com menor produtividade por parte das grandes têm como resultado final um aumento na eficiência média do sistema: isto é, mesmo na ausência de investimentos e mudanças organizacionais, este processo garantiria um aumento na produtividade média.

Tais hipóteses só poderiam ser testadas com pesquisas estruturais (como o Censo Econômico ou a Pesquisa Industrial Anual), atualmente descontinuadas pelo IBGE. Entretanto, é possível se buscar esclarecer alguns pontos dessa questão através da desagregação das informações conjunturais, por gênero da indústria, cujos resultados permitem observar que:<sup>1</sup>

(a) da segunda metade dos anos 70 até a recessão do início da década de 80, a produtividade se eleva para o total da indústria (Gráfico 1) e para quase todos os seus gêneros;

(b) em decorrência dos investimentos realizados ainda na segunda metade dos anos 70, a produtividade continua crescendo durante o período recessivo, devido a uma queda do emprego superior à queda da produção, tanto para o total da indústria como para quase todos os gêneros; nos outros gêneros para os quais não houve queda da produção, o resultado é um aumento vigoroso da produtividade nesse período;

(c) quando tem início o processo de recuperação, em meados de 1983, a plena maturação dos investimentos realizados no final da década de 70 provo-

1 Trabalha-se aqui com uma série iniciando em 1976 até julho de 1993. Pretendeu-se com isso comparar o período do final da década de 70 em que continuava o processo de crescimento econômico de longo prazo, a recessão do início dos anos 80, o restante da década perdida, os três anos recentes de recessão e a recuperação iniciada nos meses finais de 1992. Para se ter tal série foi necessário encadear 2 séries de produção física (1976-1980 e 1981-1993) e 2 séries de emprego (1976-85 e 1986-93), que tiveram alterações metodológicas. Além disso, existe um efeito estatístico de agregação que, mesmo em nível de gênero, desempenha papel crucial: o peso de cada atividade no emprego e na produção é diferenciado, trazendo distorções nos resultados. Finalmente, é necessário alertar para o caráter conjuntural dessas informações, que não são as mais adequadas para um estudo dessa natureza. Mas são essas as únicas informações abrangentes disponíveis, que aliás são também as que têm sido usadas para mostrar o aumento da produtividade do período recessivo recente.

GRAFICO 1  
**PRODUTIVIDADE INDÚSTRIA GERAL**

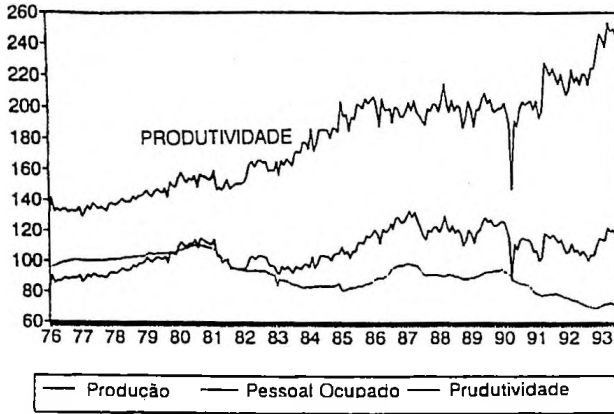


GRAFICO 2  
**INDÚSTRIA PAPEL E PAPELÃO**

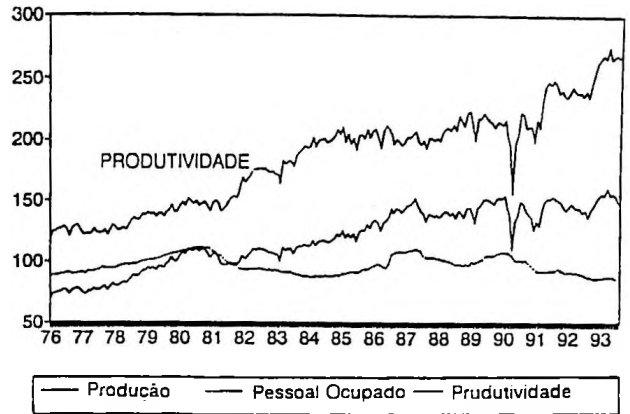


GRAFICO 3  
**INDÚSTRIA METALÚRGICA**

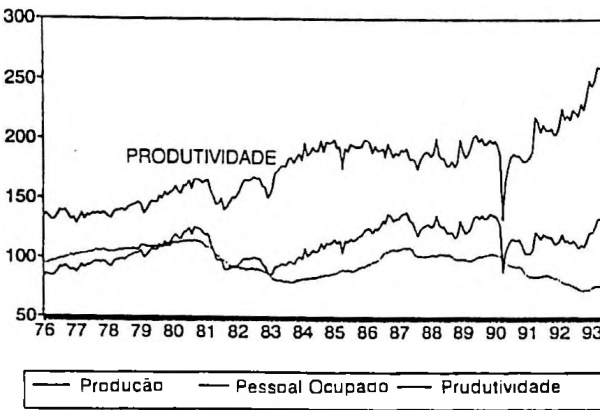


GRAFICO 4  
**INDÚSTRIA MATERIAL DE TRANSPORTE**

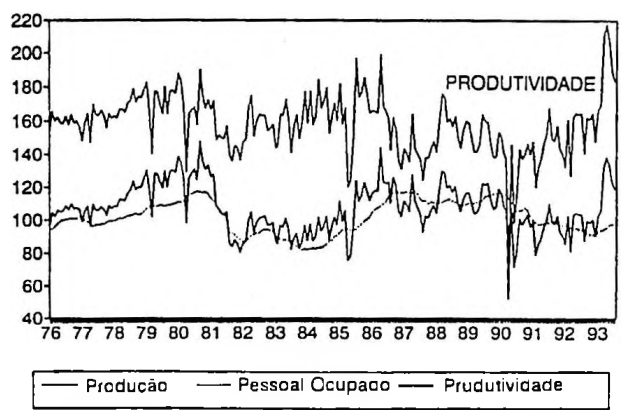


GRÁFICO 5  
**INDÚSTRIA DE VESTUÁRIO**

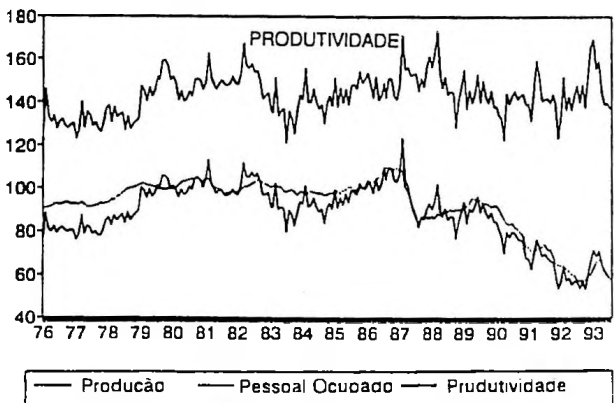
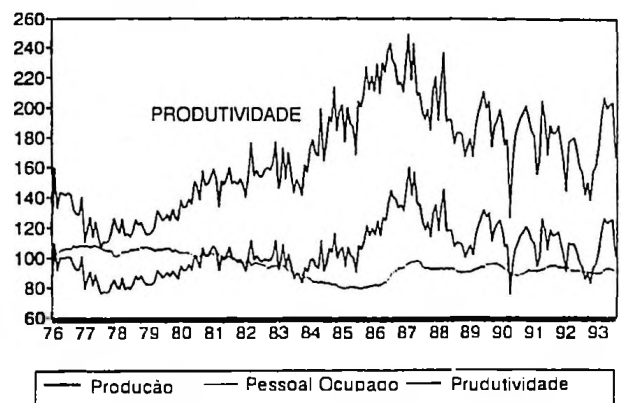


GRÁFICO 6  
**INDÚSTRIA FARMACÊUTICA**



ca uma vigorosa elevação da produtividade para o total da indústria e para quase todos os seus gêneros;

(d) o processo de relativa estagnação econômica que se inicia em 1987 e se prolonga até 1990 é um período de manutenção (ou queda) dos níveis de produtividade para o total da indústria e para quase todos os gêneros, excetuando-se extrativa mineral, fumo e bebidas, cuja produção e produtividade continuaram se elevando;

(e) a recessão industrial que se inicia em 1990, prolongando-se até o terceiro trimestre de 1992, ocorreu ao fim de três anos de relativa estagnação da produção industrial e da própria produtividade. A queda da produção industrial e a concomitante queda do emprego mantiveram no primeiro momento a estagnação da produtividade; a partir de meados de 1991 observa-se sua súbita elevação, que se prolonga nos meses iniciais da recuperação do final de 1992 e início de 1993;

(f) esse movimento observado para o total da indústria repete-se em apenas cinco gêneros — papel e papelão (Gráfico 2), materiais elétricos e de comunicações, produtos químicos, perfumaria, sabões e velas e metalurgia. Este, por sinal, nos parece o único caso capaz de suportar a tese corrente de ajuste estrutural realizado na recessão — único caso de “súbito despertar da racionalidade empresarial”. Nessa indústria é reconhecido o esforço do Estado-empresário em ajustar suas empresas para a privatização. O resultado foi um sucesso absoluto: manutenção da produção (e crescimento da produtividade) com a demissão de pessoal — na verdade, pessoal excedente (Gráfico 3);

(g) nos gêneros de produtos têxteis, alimentares e material de transporte (Gráfico 4), ocorreram uma queda da produtividade no período 1987-91 e um crescimento no período 1991-93, fazendo-a retornar ao nível anterior;

(h) nos gêneros de produtos de borracha, de materiais plásticos e do vestuário (Gráfico 5), o nível da produtividade permanece estagnado desde 1981-83, enquanto nos gêneros de mecânica e produtos de minerais não-metálicos desde 1987;

(i) na indústria de bebidas, a produtividade, após crescer no período 1983-91, cai, voltando a subir na segunda metade de 1992 com a retomada da produção, não tendo retornado ainda a seu nível máximo anterior; na indústria do fumo ocorreu algo semelhante à de bebidas sem, contudo, ter se observado o crescimento da produtividade no período

recente, talvez por não ter retomado ainda o crescimento da produção;

(j) a indústria farmacêutica representa um caso totalmente atípico — sua produção cai desde 1987 e o emprego se mantém acarretando a queda da produtividade, fazendo crer que a retomada da produção provocará um aumento considerável da produtividade (Gráfico 6);

(k) a indústria extrativa mineral configura-se, também, como um caso totalmente fora dos padrões — sua produção e produtividade crescem lentamente no período 1976-83 para a partir daí se acelerarem com a produtividade, multiplicando-se por mais de 4 vezes em relação à observada no início desse processo, traduzindo o excepcional crescimento da produção oriunda da exploração de petróleo na plataforma continental, certamente um avanço na tecnologia de produção, mas isto passou a ocorrer logo após o segundo choque do petróleo.

Esses resultados, longe de serem definitivos, evidenciam a necessidade da realização de estudos complementares com base em dados que permitam a incorporação de elementos importantes na análise, tais como o tamanho da indústria e do mercado, concentração, proteção efetiva, importância do mercado externo etc. Pode-se, a despeito da precariedade das informações disponíveis, concluir que não há nenhuma evidência de que tenha havido na economia um ajuste estrutural generalizado que justifique os aumentos de produtividade observados para o total da indústria e para alguns gêneros, significando dessa forma um novo patamar técnico-econômico da indústria brasileira. Muito pelo contrário, essas informações respaldam a tese de que se trata de um ajuste recessivo típico.

De qualquer forma o que se afirma aqui é que o atual nível de produtividade não representa um novo patamar técnico-econômico da indústria brasileira. A retomada do crescimento econômico deverá trazer de volta parcela considerável dos postos de emprego fechados durante a recessão; esse efeito será contrabalançado pelo investimento seletivo visando ao aumento da produtividade. O resultado líquido será o de uma queda da produtividade no primeiro momento quando a recuperação se mostrar sustentada, embora não a níveis de produtividade anteriores ao da recessão. Subseqüentemente, a retomada de investimentos com tecnologia mais moderna incorporada permitirá novos aumentos na produtividade na produção e no emprego.